

Eixo Capital

ANA MARIA CAMPOS
anacampos.df@dabr.com.br

Caputo e a possível candidatura ao GDF

O ex-presidente da OAB Francisco Caputo esteve ontem com o presidente do União Brasil no Distrito Federal, Manoel Arruda, e os dois tiveram uma animada conversa sobre 2026. Caputo estuda convite para se filiar ao União com a possibilidade de ser candidato a um cargo majoritário. Apesar de a federação União Progressista ter uma pré-candidata ao Palácio do Buriti, a vice-governadora Celina Leão (PP), Manoel Arruda avalia que o cenário ainda depende da eleição presidencial, das coligações partidárias e dos palanques nos estados. Ao **Correio**, Caputo disse que está animado para contribuir. “Tenho conversado muito sobre as eleições e estou com muita vontade de dar minha contribuição para o DF. Brasília merece mais”, afirmou.

Arquivo pessoal



O ex-presidente da OAB Francisco Caputo com o presidente do União Brasil no Distrito Federal, Manoel Arruda, e Alexandre Rocha

Gigante chinesa de transporte estuda projeto no DF

O secretário de Relações Internacionais, Paco Britto, está animado com a possibilidade da instalação da Cosco Brasil no Distrito Federal. Na quinta-feira (29), Paco reuniu-se com o presidente da empresa, Jeffrey Ge, e elencou os pontos positivos do DF para acolher a gigante chinesa do ramo de transportes. A ideia é que, na capital, seja montado um centro de distribuição de produtos para toda a América do Sul. “O DF tem uma localização privilegiada, pois está exatamente no centro do Brasil, no centro da América do Sul”, enfatizou Paco que, entre outras oportunidades, ressaltou a facilidade de encontrar terrenos disponíveis no DF para a construção do empreendimento. Jeffrey gostou do que ouviu do secretário e disse ter ficado com uma boa impressão do DF. Um novo encontro está marcado para avançar no assunto.

Divulgação



Missão 2026 para o PT

O ex-ministro da Casa Civil José Dirceu, umas figuras mais influentes no PT, gravou mensagem de apoio à candidatura de Guilherme Sigmaringa à presidência do PT-DF. “Agora renovar, reconstruir o PT. Em 2026, reeleger Lula. Mas nós temos a tarefa em Brasília de disputar para vencer numa aliança com todas as forças progressistas de esquerda e eleger a Erika para o Senado e aumentar nossa bancada de deputados na Câmara Distrital e na Câmara Legislativa”, afirmou Dirceu.



Geraldo Magela/Agência Senado

STF libera instalação do Na Hora Mulher

A Procuradoria da Câmara Legislativa conseguiu reverter a anulação da Lei 7.470/2024, que criou o Na Hora Mulher. A iniciativa prevê a instalação, em um único local, de representações de órgãos públicos especializados em suporte aos direitos das mulheres, em especial vítimas de violência. Na segunda-feira, o Supremo Tribunal Federal (STF) reverteu a decisão jurídica que considerava a legislação inconstitucional. A lei voltou a entrar em vigor e agora aguarda regulamentação do Executivo para ser colocada em prática.

“Foi uma larga vitória para a Câmara Legislativa, por unanimidade no plenário do STF”, comemora o procurador legislativo Rodrigo Campestrini, que atuou no processo. “A decisão do STF é histórica”, a deputada Doutora Jane (MDB), autora da proposta.

Ed Alves/CB/DA Press



Desembargadora brasileira julga greve dos professores abusiva

Relatora da ação que trata do dissídio dos professores da rede pública do DF, Lucimeire Maria da Silva foi a primeira juíza nascida em Brasília a chegar ao cargo de desembargadora do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT). Ela considerou, ao apreciar o caso, a importância dos serviços de educação para a comunidade e considerou a greve abusiva. “O elevado grau de essencialidade dos serviços em voga impõe que seja determinada a imediata manutenção de 100% (cem por cento) de todas as atividades realizadas nas unidades educacionais do Distrito Federal”, registrou a magistrada.



Divulgação/Reel Daher

“Marco rumo à inclusão”

O deputado distrital Robério Negreiros (PSD) comentou, em suas redes sociais, a pesquisa inédita que revelou o número oficial de 2,4 milhões de pessoas diagnosticadas com autismo no Brasil, publicada pelo Censo Demográfico 2022, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). No Distrito Federal, o número registrado foi de 34,1 mil, o que representa 1,2% da população local. Defensor da inclusão das pessoas com deficiência (PCDs) e dos autistas, Negreiros destacou que a divulgação desses dados significa um marco rumo à inclusão e à elaboração de políticas públicas mais eficientes. “Ao mapearmos e reconhecermos a dimensão da comunidade autista, podemos planejar melhor e garantir que os direitos dessas pessoas sejam respeitados e ampliados”, ressaltou o distrital, que tem a causa autista como uma das principais bandeiras de seu mandato.



Mariana Lins/CB/DA Press

Inaceitável

Segundo levantamento do Departamento de Trânsito do Distrito Federal (Detran-DF), em 2024, o Distrito Federal registrou 191 mortes no trânsito. Embora esse número represente avanços em relação a anos anteriores, quase 200 óbitos em acidentes nas pistas ainda é um número inaceitável. “É preciso olhar para além das estatísticas e entender quem são essas vítimas, geralmente pedestres, ciclistas, trabalhadores e estudantes, e como suas famílias são destroçadas por essas perdas”, alertou o promotor de justiça Dênio Moura.



Marcelo Ferreira/CB/DA Press

Engajamento social e ambiental

O governador Ibaneis Rocha (MDB) tem se empenhado no projeto Adote uma Praça, que busca a parceria do Executivo com pessoas físicas e jurídicas dispostas a contribuir. A ideia abarca também a manutenção e revitalização de parques e áreas verdes. Ganha a comunidade com as benfeitorias e o padrinho do empreendimento com a divulgação por meio de uma placa ou outras formas de seu engajamento social e ambiental.



Renato Alves/Agência Brasília

Acompanhe a cobertura da política local com @anacampos_cb

EDUCAÇÃO / Justiça impôs multa de R\$ 1 milhão por dia ao Sindicato dos Professores (Sinpro-DF) caso a greve ocorra a partir de segunda. Entidade afirmou que irá recorrer. Para o governador Ibaneis Rocha, motivação é meramente política

Impasse na rede pública de ensino

» DARCIANNE DIOGO

A educação pública do Distrito Federal vive um impasse e coloca em embaite professores, governo e Poder Judiciário. A três dias para o começo da greve aprovada pelo Sindicato dos Professores (Sinpro-DF), o Tribunal de Justiça do DF, por meio da 1ª Câmara Cível, declarou a paralisação como abusiva e definiu multa diária de R\$ 1 milhão à entidade caso a suspensão das aulas ocorra. O governador Ibaneis Rocha (MDB) é favorável à decisão judicial e argumentou que a motivação é meramente política.

A decisão da desembargadora Lucimeire Maria da Silva foi proferida na noite de quinta-feira e determina que o sindicato adote as providências para sustar a paralisação; e em caso de descumprimento, seja aplicada uma multa diária de R\$ 1 milhão. A Justiça também autorizou o corte do ponto dos profissionais que

descumprirem a decisão e prosseguirem com a paralisação. “Resalta o ente distrital que a greve tem motivação exclusivamente financeira, com o intuito de novas vantagens salariais aos servidores da garantia, apesar de concedido reajuste, pendente de aplicação, a ser implementado em 1º/07/2025, por força da Lei distrital nº 7.253/2023”, diz um trecho.

Embate

O Sinpro-DF decidiu pela paralisação dos professores em assembleia promovida na terça-feira (27/5). Samuel Fernandes, diretor do sindicato, informou ao **Correio** que irá recorrer da decisão. “O governo não cumpriu acordo da última greve, descumpre também uma Lei, que é o Plano Distrital de Educação na sua meta 17, na qual deveríamos ganhar pelo menos a média das demais categorias de nível superior e, hoje, estamos apenas em penúltimo lugar com

Ed Alves/CB/DA Press



O Sinpro-DF decidiu pela paralisação dos professores em assembleia realizada na terça-feira

relação aos salários de todas as categorias de nível superior do DF”, reivindicou.

Samuel afirmou que o governo precisa nomear os professores aprovados do concurso que irá vencer em 27 de julho e melhorar as condições de trabalho. “Atualmente os professores trabalham muitas vezes em ambientes insalubres, em salas de aulas superlotadas e sem monitores. Nunca na história do DF tivemos tantos professores contratados temporariamente. Temos mais temporários em regência de classe do que efetivos”, esclareceu, pontuando que a greve é legítima e terá início na segunda-feira. “Só irá terminar assim que a categoria decidir também em assembleia geral”.

Decisão sábia

A secretária de Educação do DF, Hélivia Paranaguá, definiu como “sábia” a decisão da Justiça. “[...] Não há nenhuma justificativa para a greve nesse momento, uma vez que a mesa de negociação nunca foi fechada. A gente vem conversando. O que foi possível ser ofertado, foi ofertado e o sindicato resolveu então partir para a greve quando sequer nós concluímos ainda os avanços obtidos na greve de 2023”, pontuou.

A chefe da pasta da Educação avaliou os prejuízos a serem causados em caso de recusa de negociação. Segundo ela, a paralisação justo no fechamento do

semestre é um agravante. “Estamos encerrando o primeiro semestre, 100 dias letivos que serão cumpridos no início de julho e o recesso do meio do ano, que são de três semanas, é muito importante, tanto para o estudante, para dar aquela pausa, quanto para os profissionais de educação. Eles precisam desse momento para descansar, para poder encarar os outros 100 dias do segundo semestre”, defendeu.

Hélivia lembra, ainda, que a greve precisa ser reposta. “A reposição tem que acontecer. A greve perdurando e persistindo, fatalmente vai entrar no mês de julho, que vai gerar um estresse, um desgaste muito grande na comunidade escolar”, ressaltou.

A secretária disse que se preocupa quanto à descontinuidade nas aprendizagens e pediu sensibilidade aos professores e à comunidade escolar. De acordo com ela, por decisão do governo, a negociação com a equipe docente só será retomada com o final da greve e retorno dos profissionais ao trabalho.

Ontem, durante evento no Gama, o governador do DF, Ibaneis Rocha (MDB), comentou a decisão da Justiça. Para ele, a greve tem motivação política e foi articulada pela atual diretoria do sindicato da categoria, que, segundo ele, enfrenta dificuldades para se manter no comando da entidade.

“A Justiça, que é sábia — e é por isso que nós apelamos para a Justiça —, declarou a greve abusiva, mandou cortar o ponto e aplicar multa de R\$ 1 milhão por dia de paralisação. Eu acho que a decisão foi correta”, disse. O governador também reforçou o compromisso do governo com o cumprimento da decisão: “Eu garanto que eu vou cumprir a cobrança da multa. Eu tenho certeza disso”.

“A mesa de negociação sempre esteve aberta com os professores. A greve é meramente política, porque eles estão num processo de eleições internas e a atual diretoria do sindicato, pelo que dizem, não teria condições de renovar os seus mandatos”, afirmou Ibaneis.

Colaborou: Ana Carolina Alves